

FH veta aumento de gastos na educação

Responsabilidade Fiscal impede que investimentos subam para 7% do PIB

BRASÍLIA. O presidente Fernando Henrique Cardoso vetou ontem um dos principais dispositivos do Plano Nacional de Educação, que estabelecia a meta de aumento de 5% para 7% do Produto Interno Bruto (PIB) dos gastos com educação nos próximos dez anos. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, minimizou a alteração que, segundo ele, foi efetuada porque a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite o comprometimento de recursos sem que

sejam apontadas as suas fontes. Paulo Renato garantiu que os investimentos serão aumentados.

O veto não significa que o governo não tenha compromisso com esse aumento de gastos. Apenas terá que efetivar isso no orçamento ano a ano — disse o ministro.

O plano fixa metas e prioridades para o setor educacional para os próximos dez anos, tendo como público-alvo imediato as crianças de 7 a 14 anos e os que não entraram nas salas de

aula na idade adequada.

Pela lei, os governos federal, estaduais e municipais devem implementar nesse período medidas para aumentar o nível de escolaridade da população e incrementar a qualidade do ensino em todos os níveis. O objetivo é reduzir desigualdades sociais e regionais, promovendo uma redemocratização na educação pública.

As metas são ousadas. O maior desafio do plano é alcançar uma maior qualidade da educação no Brasil — reco-

nheceu Paulo Renato.

O lançamento do plano, que teve outros vetos, foi o assunto de ontem do programa semanal de rádio do presidente Fernando Henrique. Dentre os compromissos firmados pelo governo na lei, o presidente destacou o de ampliar a oferta de vagas no ensino superior.

A meta é oferecer educação de nível superior a pelo menos 30% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos até o final desta década — afirmou Fernando Henrique. ■